



LUIZ GONZAGA PATRIOTA

A MÍDIA E A DESERTIFICAÇÃO DO NORDESTE

BRASÍLIA/DF

2005



LUIZ GONZAGA PATRIOTA

A MÍDIA E A DESERTIFICAÇÃO DO NORDESTE

Monografia apresentada para conclusão do Curso de Jornalismo.
Orientador: Fernando Braga

BRASÍLIA/DF

2005



Folha de Menção

Aluno: Luiz Gonzaga Patriota
RA 962367-0

A MÍDIA E A DESERTIFICAÇÃO DO NORDESTE

Menção

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo.

Banca Examinadora:

Professor FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA BRAGA - M.S.D

Professor HENRIQUE TAVARES

Jornalista MAGNO MARTINS
Correspondente da Agência Nordeste em Brasília

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
Principais Causas da Desertificação.....	08
A Imprensa no Brasil.....	14
História de Alguns dos Principais Jornais Nordestinos.....	21
Jornal do Commercio/PE.....	21
Imprensa em Alagoas.....	24
Imprensa da Paraíba.....	27
Diário de Pernambuco.....	37
Jornais Maranhenses.....	40
Análise.....	51
Conclusão.....	57
Bibliografia.....	60

APRESENTAÇÃO

A desertificação é um processo de degradação ambiental nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, causando infertilidade do solo e diminuição da fauna e flora locais. Este problema em nosso país atinge a porção semi-árida, basicamente concentrada na região nordeste, cujas características físico-ambientais, tais como a evapotranspiração elevada, ocorrência de secas, solos de pouca profundidade, alta salinidade, baixa fertilidade e reduzida capacidade de retenção de água, limitam seu potencial produtivo.

A degradação da terra e a desertificação são sérios problemas globais, afetando 33% da superfície terrestre e atingindo cerca de 2,6 bilhões de pessoas. Particularmente na região Subsahara, na África, de 20 a 50% das terras estão degradadas, atingindo mais de 200 milhões de pessoas. A degradação do solo é também severa na Ásia e América Latina, assim como em outras regiões do globo.

Na América Latina, 516 milhões de hectares são afetados pela desertificação. Como resultado desse processo, se perdem 24 bilhões de toneladas por ano da camada arável do solo, o que afeta negativamente a produção agrícola e o desenvolvimento sustentável.

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - CCD, da qual o Brasil é signatário desde 1997, considera como zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas, todas as áreas com exceção das polares e das subpolares com índice de aridez entre 0,05 e 0,65. Este é também o critério adotado pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL).

As áreas suscetíveis à desertificação no Brasil são aquelas localizadas na região nordeste, onde se encontram espaços climaticamente caracterizados como

semi-áridos e subúmidos secos. Tais espaços estão inseridos em terras dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais. Essas áreas abrangem 1.201 municípios, numa superfície de 1.130.790,53 km², dos quais 710.437,30 km² (62,8%) são caracterizados como semi-áridos e 420.258,80 km² (37,2%) subúmidos secos.

O semi-árido representa 18% do território nacional e abriga 29% da população do País. Possui uma extensão de 882.000 Km², representando cerca de 57% do território nordestino, sendo que a área designada como "polígono das secas" (área de ocorrência de secas periódicas) é estimada em 950.000 Km². No semi-árido nordestino vivem 18 milhões de pessoas, representando aproximadamente metade da população nordestina, com destaque para o fato de cerca de 10 milhões pertencerem a zona rural.

Além da região semi-árida, também estão ameaçados alguns territórios que se encontram dentro do polígono das secas, incluindo municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. A desertificação é um dos graves problemas da região, tanto em função da área abrangida, como pela população atingida, que sofre com o aumento da pobreza, e com o efeito da degradação de suas terras.

A desertificação provoca importantes impactos na sociedade e na economia em todo o mundo. O dimensionamento desses impactos é tarefa das mais importantes, seja para os países, para as populações locais ou para agricultores, individualmente.

Os impactos sociais podem ser caracterizados pelas importantes mudanças sociais que a crescente perda da capacidade produtiva nas unidades familiares. As migrações desestruturam as famílias e castigam as zonas urbanas, que quase sempre não estão em condições de oferecer serviços às massas de migrantes que para lá se deslocam. Em geral, a população afetada pela desertificação tem como

característica principal a alta vulnerabilidade, pois estão entre as mais pobres e sem acesso à educação e renda apropriadas.

Tema da mais alta importância na atualidade, a desertificação vem sendo objeto de preocupação da comunidade científica internacional desde os anos 30, quando a intensa e desordenada exploração dos recursos naturais no meio-oeste americano originou o fenômeno, e deu início às pesquisas sobre os impactos do antropismo em ecossistemas marcados por secas e escassez hídrica.

Daquela época aos nossos dias, a Desertificação vem se ampliando e adquirindo importância em todo o mundo, a ponto da comunidade internacional, reunida durante a Rio'92, autorizar a negociação de uma Convenção Internacional de Combate à Desertificação, elaborada em 1993/94, cuja implementação teve início em 1996.

As áreas suscetíveis à desertificação ocupam mais de 30% da superfície terrestre e abrigam quase 1 bilhão de pessoas, conforme dados do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

No que diz respeito à degradação das terras, estudos do ***International Centre for Arid and Semi-Arid Land Studies - ICASALS***, da Universidade do Texas, estimam que 69% das zonas áridas em todo o mundo estão sendo afetadas pela desertificação em diferentes níveis.

Dados das Nações Unidas mostram que esse processo vem colocando fora de produção, anualmente, cerca de 6 milhões de hectares (60.000 km²) devido ao sobrepastoreio, salinização dos solos por irrigação e processos de uso intensivo e sem manejo sustentável na agricultura.

As perdas econômicas anuais devido à desertificação giram em torno de US\$ 26 bilhões e o custo de recuperação das terras em todo o mundo pode

chegar a US\$ 90 bilhões de dólares para um período de vinte anos, conforme dados do relatório de avaliação publicado pelo PNUMA.

No Brasil o problema da desertificação remonta às tradicionais formas de ocupação da região semi-árida e a incompatibilidade com as necessidades geradas por sua inserção aos mercados nacional e regional.

Isto quer dizer que os níveis de demanda sobre a região vêm aumentando enormemente com a integração aos mercados, e as respostas econômicas em termos de atendimento a estas demandas vêm sendo feitas sem a devida modernização da estrutura produtiva, particularmente nas regiões semi-áridas marcadas pela agricultura tradicional dependente de chuva.

A Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação, seguindo a Agenda 21, define a desertificação como sendo “*a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas resultantes de fatores diversos, tais como as variações climáticas e as atividades humanas,*” sendo que por degradação da terra se entende:

- a) degradação dos solos e dos recursos hídricos;
- b) degradação da vegetação e da biodiversidade; e
- c) redução da qualidade de vida da população afetada.

A degradação das terras resulta da ação conjunta de vários fatores, destacando-se: fatores climáticos, e a ação predatória do homem, face ao emprego de manejo e práticas culturais incorretas.

Associado à degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, está a pobreza, que vem sendo reconhecida em todo o mundo como um dos principais fatores ligados ao processo de desertificação.

O nordeste brasileiro, vem sofrendo cada vez mais com este processo de desertificação, sobretudo nas suas áreas de clima semi-árido, embora ocorra

também em regiões sub-úmidas secas, e em áreas consideradas de entorno a essas regiões.

O trópico semi-árido, conforme definição da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, compreende uma área de 1.000.000 km², distribuído em 1.100 municípios em oito Estados do Nordeste e Municípios do norte de Minas Gerais.

A população da região semi-árida, é de 24,6 milhões de habitantes, correspondendo a 42% do total do Nordeste e 11 % do Brasil. Essa região, é, via de regra, marcada pela agricultura tradicional, com pouco ou nenhum acesso ao mercado, extrema dificuldade de absorção de inovação tecnológica, de hábitos fixados através de gerações e com uma relação extremamente paternalista com o Estado.

O semi-árido apresenta grande diferenciação ecológica, com secas e estiagens afetando quase a totalidade da atividade agropecuária dependente de chuva e, mais acentuadamente, as pequenas e médias propriedades, provocando graves problemas sócio-econômicos e migrações em massa para outras partes do País.

Os estudos disponíveis indicam que o processo da desertificação na região semi-árida brasileira vem comprometendo seriamente uma área de 181.000 km², com a geração de impactos difusos e concentrados sobre o território.

Nas áreas onde ocorrem os impactos difusos, os danos ambientais produzidos resultam na erosão dos solos, empobrecimento da caatinga e degradação dos recursos hídricos, com efeitos diretos sobre a qualidade de vida da população.

Já nas áreas onde os efeitos estão concentrados em pequena parte do território, os danos ocorrem com profunda gravidade, configurando o que se chama de Núcleo Desertificado.

Os estudos efetuados no Nordeste permitiram a identificação inicial de quatro Núcleos, onde a desertificação pode ser considerada extremamente grave, e com forte comprometimento dos recursos naturais. São eles: Gilbués, no Piauí; Irauçuba, no Ceará; Seridó, entre os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba; e Cabrobó, no Estado de Pernambuco, cuja área total é de cerca de 15.000 km².

Os impactos provocados pela desertificação podem ser: ambientais, sociais e econômicos.

Os impactos ambientais se manifestam através da destruição da biodiversidade (flora e fauna), da diminuição da disponibilidade de recursos hídricos, através do assoreamento de rios e reservatórios, da perda física e química de solos. Todos estes fatores reduzem o potencial biológico da terra, reduzindo a produtividade agrícola e, portanto, impactando as atividades sócio-econômicas das populações.

Os prejuízos sociais podem ser caracterizados pelas importantes mudanças sociais que a crescente perda da capacidade produtiva provoca nas unidades familiares. As migrações desestruturam as famílias e impactam as zonas urbanas, que quase sempre não estão em condições de oferecer serviços às massas de migrantes que para lá se deslocam. É importante lembrar que a população afetada, pela desertificação, caracteriza-se por alta vulnerabilidade, já que estão entre os mais pobres da região, e com índices de qualidade de vida muito abaixo da média nacional.

As perdas econômicas causadas pela desertificação também são de grande importância para o País. Segundo metodologia desenvolvida pelas Nações Unidas, as perdas causadas pela desertificação equivalem a US\$ 250,00 por hectare em áreas irrigadas, US\$ 40,00 por hectare em áreas de agricultura de sequeiro e US\$ 7,00 por hectare em áreas de pastagem.

Para o Brasil, conforme diagnóstico realizado pelo MMA - Ministério do Meio Ambiente, as perdas econômicas podem chegar a US\$ 800 milhões por ano, devido à desertificação. Os custos de recuperação das áreas mais afetadas alcançam US\$ 2 bilhões para um período de vinte anos.

A degradação da terra, na região semi-árida do Nordeste, pela ação dos diversos fatores antes mencionados, tem resultado na redução ou perda de produtividade econômica dos arranjos produtivos locais, acarretando muitas vezes a expulsão do homem do campo para as periferias das cidades, com as consequências danosas tanto do ponto de vista econômico e principalmente social.

Como todo problema ambiental, a desertificação é um processo complexo e por isso envolve a interação de vários componentes:

- Aspectos socioeconômicos; como: segurança alimentar, êxodo rural e estabilidade social e política.
- Aspectos ambientais, como: mudança climática, alterações na biodiversidade, e aspectos de suprimento e conservação de recursos hídricos.

A desertificação é hoje uma preocupação mundial, pois envolve números extremamente significativos como:

- Atinge 33% da superfície emersa do planeta onde:

- Vivem mais de 2,6 bilhões de pessoas, 42% da população mundial; e quase 22% da produção mundial de alimentos.
- Por isso a desertificação precisa ser enfrentada, principalmente e também, como uma questão de segurança alimentar.

Ainda como consequência do processo de desertificação, ocorre migração em massa das populações rurais para as cidades próximas ou distantes que origina, como consequência, um processo de favelização, contribuindo de forma extremamente forte para o agravamento dos problemas de infra-estrutura e sociais nos centros urbanos.

É importante salientar que a tomada de decisão técnica e principalmente política no enfrentamento do processo de desertificação é urgente, pois, além dos impactos sociais negativos e do agravamento do índice de pobreza nas áreas suscetíveis à desertificação, o custo anual estimado da desertificação é de cerca de US\$ 11 bilhões nas áreas irrigadas e de aproximadamente US\$ 8 bilhões nas áreas não irrigadas.

PRINCIPAIS CAUSAS DA DESERTIFICAÇÃO

Diversas causas são citadas pelos estudiosos do assunto, dentre elas destacam-se:

As chamadas causas ANTRÓPICAS (causadas pela ação do homem).

- Extrativismo vegetal (exploração desordenada e inconseqüente de espécies madeireiras) e Extrativismo mineral (que causam erosões e afloramento das rochas formadoras do solo);
- Desmatamento desordenado/queimadas.

Na maioria das vezes, face ao esgotamento da capacidade produtiva dos solos, o homem na sua busca desenfreada até pela subsistência alimentar e

econômica, abandona suas terras já desmatadas e exploradas anteriormente e parte para o DESMATAMENTO/QUEIMADA em outras áreas ainda preservadas do ponto de vista ambiental.

- A demanda por madeiras para lenha, pelas olarias e indústrias de panificação, impõe um desmatamento de forma desordenada e principalmente sem um plano de recomposição vegetal das áreas desmatadas.
- Pastoreio – notadamente o superpastoreio e o sobrepastoreio, que utilizam no Nordeste brasileiro, como suporte forrageiro, 90% da caatinga.
- Agricultura – aqui pode ser destacado o manejo inadequado dos solos nas áreas irrigadas, associado a uma estrutura também inadequada ou até inexistente, em muitos casos, de uma rede de drenagem ineficiente, o que resulta em áreas imprestáveis e até abandonadas devido a salinização.

O processo de desertificação, pode se instalar também em conseqüências de causas naturais como:

- Variações climáticas:
 - Baixos índices pluviométricos;
 - Altas temperaturas/elevada evapotranspiração.

Feitas estas considerações preliminares, é importante salientar que o Brasil é signatário de uma Convenção Internacional assinada em outubro de 1994 e ratificada em 17 de junho de 1997. Essa data inclusive foi designada como o Dia Mundial da Desertificação.

Ratificando a Convenção, o Brasil assumiu o compromisso de elaborar e garantir a implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL).

Durante o ano de 2003 a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente assumiu a função de ponto focal nacional da Convenção Mundial de Desertificação, e em 2004 foi elaborado o Plano de Ação Nacional PAN-BRASIL, que foi considerado um plano de ação prioritário pelo Governo Federal. Considerado prioritário pelo Governo Federal foi então, através da ação 7380, elaborado o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, sendo destinados recursos da ordem de quase quatro milhões de reais (R\$ 3.894.141,00) no PPA 2004-2007.

Apesar de todo este relato e ações apresentadas, observa-se que a desertificação ainda avança de forma danosa, penalizando sobretudo o pequeno produtor das comunidades rurais atingidas pelo processo.

Estudos realizados pela Embrapa Semi-Árido indicam, por exemplo, que oito Estados do Nordeste brasileiro estão sofrendo os efeitos da desertificação em graus que foram considerados pelos estudiosos de baixo a severo. Observa-se que nada mais nada menos que 2.629.800 hectares do Estado de Pernambuco, e isto representa quase 17% da sua área, foram atingidos de forma classificada como severa, pela desertificação. Estados como Ceará, Paraíba e o Rio Grande do Norte apresentam 28,37 e 17% respectivamente de sua área com grau considerado também severo de desertificação.

Segundo o estudo da Embrapa, o nível de desertificação considerado “severo” predomina principalmente nas áreas dos estados onde se encontram os solos do tipo Bruno-não-Cálcico, solos que, segundo os pesquisadores, ocorrem nas áreas de maior pobreza do interior dos estados.

Apesar da terrível constatação é importante dizer que existem já disponibilizados pelas instituições públicas e privadas conhecimentos técnicos científicos e gerenciais em instituições como a Embrapa , o IPA-Instituto de Pesquisa Agropecuária, e tantas outras, que podem colaborar de forma decisiva no enfrentamento do processo de desertificação no Nordeste brasileiro.

Para isso é importante, de acordo com o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais para otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados, no sentido do enfrentamento do processo de desertificação nas áreas atingidas e naquelas áreas suscetíveis ao processo; pois somente através de ações conjugadas e parceiras entre os diversos ministérios, secretarias afins ao tema e a sociedade civil organizada, pode-se realmente esbarrar a desertificação e assim buscar nessas áreas do Nordeste brasileiro um desenvolvimento sustentável e combater a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas, promovendo a verdadeira INCLUSÃO SOCIAL.

É importante informar que as ações do PAN-BRASIL (Plano de Ação de Combate a Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca) abrangem uma área de 15,7% do território brasileiro (1.338.076 km²), atendendo a 1.482 municípios, e alcançando uma população estimada, em 2000, de 18,6% da população do país (31.663.671 habitantes).

Para finalizar é importante enfocar que as áreas do Nordeste brasileiro em processo de desertificação ou suscetíveis apresentam alta taxa de analfabetismo, tanto dos jovens quanto dos adultos, bem como, alta dependência de madeiras para lenha e energia, e ainda um estado atual de saneamento considerado precário, uma vez que apenas 0,84% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto e apenas 4,7% utilizam fossas sépticas.

Portanto, para que o Brasil possa resgatar a dívida social antiga com o Nordeste brasileiro e fazer a verdadeira inclusão social, medidas devem ser urgentemente implementadas para:

1. Redução da pobreza e da desigualdade social;
2. Ampliação sustentável da capacidade produtiva dos arranjos produtivos locais;
3. Preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais;
4. Além de Gestão Democrática e fortalecimento institucional.

De acordo com o Plano de Ação Nacional para o Combate da Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-BRASIL, a redução da pobreza e da desigualdade social pode ser atingida através de:

1. Educação contextualizada - Reformulando a grade curricular de acordo com a cultura regional, e educando os jovens nos aspectos voltados para uma educação ambiental;
2. Reestruturação Fundiária – Uma reforma agrária de modo a possibilitar o acesso à terra para aqueles que são vocacionados para o meio rural;
3. Sustentabilidade da agricultura familiar e segurança alimentar, através do fortalecimento dos arranjos produtivos locais.
4. Seguridade social.

A preservação, conservação e manejo sustentáveis dos recursos naturais e portanto o estancamento do processo de desertificação poderiam ser alcançados através de:

1. Zoneamento ecológico-econômico;
2. Divulgação e aprimoramento dos conhecimentos e dos instrumentos para a gestão ambiental;
3. Ampliação das unidades de conservação ambiental;
4. Manejo sustentável dos recursos florestais;

5. Revitalização das principais bacias hidrográficas da região.
6. Manejo correto de solo e água nos perímetro irrigados.
7. Reestruturação da grade curricular das comunidades atingidas pela desertificação, em comum acordo com os atores locais

Estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, na África, mostraram que as perdas econômicas devidas à desertificação são da ordem de US\$ 7,00/ha/ano para as áreas de pastos nativos, US\$ 50,00/ha/ano para a agricultura de sequeiro e US\$ 250,00/ha/ano para a agricultura irrigada.

Considerando os parâmetros do PNUMA, e tomando como hipótese que somente 20% das terras sejam ocupadas com agricultura de sequeiro, teríamos uma perda, para os três tipos de atividade, da ordem de US\$ 7.500.000,00 para agricultura irrigada, US\$ 181.100.000,00 para as áreas de agricultura não irrigada e US\$ 101.360.000,00 para as terras de pastoreio. O total seria, então de cerca de US\$ 289.860.000,00.

Já os custos de recuperação são bem mais elevados. Estima-se que sejam necessários US\$ 50,00/ha/ano para a recuperação de pastos nativos, US\$ 250,00/ ha/ano para áreas de agricultura não irrigada e cerca de US\$ 2.000,00/ha/ano para as áreas salinizadas.

Aplicando estes valores para as terras consideradas acima, teríamos que os custos de recuperação seriam da ordem de US\$ 181.000.000,00 para pastos nativos, US\$ 3.620.000,00 para agricultura de sequeiro e US\$ 60.000.000,00 para áreas salinizadas, perfazendo um total de US\$ 3.861.000.000,00.

Depois de sabermos dos diversos problemas gerados pela desertificação no Nordeste, chega-se à conclusão que de modo geral, o assunto não tem recebido da mídia, a atenção necessária em relação à sua gravidade.

As publicações sobre o tema da desertificação se restringem ao levantamento de presença de autoridades (ministros, deputados, etc.) nesses eventos.

No período compreendido entre janeiro de 1999 a maio de 2005 (seis anos), houve uma pesquisa minuciosa dos grandes jornais nordestinos, principalmente nos Estados mais afetados pela desertificação.

A IMPRENSA NO BRASIL

A inauguração da imprensa no país acontece em 1808, quando aqui chega a Coroa portuguesa de D. João VI, inicialmente com a Impressão Régia, em maio, e posteriormente com a Gazeta do Rio de Janeiro, em setembro, porém em junho, o Correio Braziliense ou Armazém Literário era editado em Londres por Hipólito da Costa, e se caracterizava por ser muito crítico, moderno e dinâmico, este circulou até dezembro de 1822, quando em 11 de setembro de 1823, morre aos 49 anos, sendo o jornal proibido, apreendido, censurado e processado.

O Correio alcançou marcas impressionantes para a época, com 175 números e 29 volumes, foi graças a essa transferência do poder real para o Brasil que o jornalismo impresso surgiu. A gazeta do Rio de Janeiro começa com periodicidade semanal, saindo aos sábados, depois passa a ser bissemanal, saindo às quartas e sábados. Mais tarde, sai às terças, quintas e sábados, fora as edições extraordinárias, sempre com quatro páginas cada. De 10 de setembro, data do primeiro número, até 31 de dezembro de 1808, das 32 edições publicadas 19 são extraordinárias.

A Gazeta, com pequenas exceções como algumas notícias curtas e anúncios locais, serve apenas para os relatos, proclamações, ordens e contra-ordens militares, decretos, exortações, editais. A Gazeta não é um jornal de

pauta variada, de seções e comentários, como o Correio Braziliense, seu perfil é de um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de forma documental: edital, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo e outros anúncios.

Consolidação

A circulação de jornais é estimulada quando em 1844, os serviços de correios passam a entregar correspondência a domicílio, porém para se receber um jornal de outro lugar ainda se deveria ir a uma agência local ou a um estabelecimento intermediário.

Em 1858, o jornal Atualidade, editado no Rio de Janeiro, mobiliza entregadores (negros, ex-escravos, mulatos) para venda avulsa regular nas ruas da cidade. A partir daí, já existe uma estrutura de distribuição organizada: assinaturas domiciliares por via postal, pontos de assinatura (livrarias, lojas de modas, etc.) e de venda, que iria melhorando de acordo com o tempo.

Em 1872, os pontos de venda de jornais ingressam nos quiosques, que tomam conta das ruas centrais do Rio de Janeiro e de São Paulo. No século XX, os jornais vão para as bancas de jornais e revistas como existem hoje. O rigor da administração reserva à Gazeta do Rio de Janeiro e a Idade d'Ouro do Brasil, o privilégio de serem os únicos jornais com licença de impressão num período de doze anos, de 1808 até 1820 e de 1814 até 1826.

Até 1821 o Rio não conhece outra tipografia senão a Impressão Régia, é desse ano o Diário do Rio de Janeiro. O ano 1821 ganha relevo na história da imprensa brasileira porque marca uma etapa de liberdade de expressão do pensamento. Em 28 de agosto, D. Pedro, príncipe-regente, com o retorno de

D.João VI à Portugal, decreta o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando livre no Brasil a palavra impressa.

Após a Gazeta, surgem na Bahia os primeiros jornais e revistas não oficiais. Em 1812, Idade d'Ouro do Brasil apresenta a primeira revista impressa no País, As Variedades ou Ensaios de Literatura. As Variedades trazem os símbolos maçônicos. A filha do redator de Idade d'Ouro e de As Variedades, V. A. Ximenes de Bivar e Velasco, torna-se a primeira mulher no Brasil a exercer funções de direção na imprensa, ao fundar e administrar o Jornal das Senhoras, em 1852, na Bahia.

Era uma publicação ilustrada sobre modas, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Circula de 1852 a 1855. Minas ganha seu primeiro jornal em 1823, O Compilador, Cinco anos mais tarde circula em Ouro Preto o Precursor das Eleições. Em Olinda e Recife circula um órgão estudantil, O Olindense. O Diário de Pernambuco, também de 1823, se tornará o jornal mais antigo em circulação no país e na América Latina.

O Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, é de primeiro de outubro de 1827. A Imprensa de 1808 a 1880 foi uma etapa de marcante atividade panfletária, talvez a de maiores conseqüências em toda a nossa história. Refletem as ações políticas revolucionárias que viabilizam a Independência, pacificam o país e preparam a República.

Segunda Fase

A segunda fase da imprensa brasileira começa em 1880, setenta e dois anos passados da instalação do pesado material de impressão da Gazeta do Rio de Janeiro. É um tempo de mais investimentos, renovação do parque gráfico, maior consumo de papel, que abre ao jornal a dimensão de empresa. A tipografia

perde o seu caráter artesanal para entrar numa linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente.

O Jornal do Brasil nasce com a primeira Constituição republicana. Seu número inaugural é de 9 de abril de 1891. A Carta Magna que se manteve em vigor até 1930 é de fevereiro de 1891. O JB aparece com a República, é de tendência liberal e inclinação conservadora, mas não aceita vínculo partidário, assume a condição de jornal livre e independente. Joaquim Nabuco assina dois artigos preconizando a restauração da monarquia e em 16 de dezembro de 1891 a redação é atacada a bala por invasores que gritam: "***Mata, mata Nabuco***".

As oficinas são depredadas. O ministro da Justiça responde a Nabuco que não poderia "***garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monarquistas***". Para salvar o jornal, Nabuco entre outros, abandonam seus postos na empresa e na redação. Cria-se uma sociedade anônima. Dois dias depois, aparece no cabeçalho uma linha: Sociedade Anônima Jornal do Brasil.

Em maio de 1893, Rui Barbosa assume a direção do JB. No cabeçalho aparece como redator-chefe. O estilo do jornal muda, os fatos políticos tem predominância sobre notícias policiais, e sua linguagem é dura e direta. Floriano Peixoto acusa o JB de incitar a Revolta da Armada. Na madrugada de primeiro de outubro, o jornal é assaltado e ocupado militarmente. Rui se exila na Inglaterra. De Londres escreve para o Jornal do Commercio.

O JB só reaparece um ano e quarenta e cinco dias depois. Na revolução de 30, o JB, então legalista, é alvo de depredações e deixa de circular por uma semana. Em 1937 sofre censura por condenar o Estado Novo. Em 1964, igualmente, apesar de ter apoiado o movimento contra João Goulart. E enfrenta a seguir as limitações à liberdade de imprensa editadas pelo regime militar e que culminam no longo período de arbítrio sob o Ato Institucional n.º 5.

O JB é o último dos grandes a ingressar no processo editorial eletrônico, nos anos 80. Os governos republicanos de Deodoro e Floriano fecham vários jornais em todo o país. O primeiro historicamente a sofrer violência, a Tribuna Liberal (1888-1889), do Rio de Janeiro. A partir de 1910, grandes jornais do Rio e de São Paulo instalam ou ampliam escritórios para seus correspondentes em Londres, Paris, Roma, Lisboa Nova York, Buenos Aires, Montevideu e Santiago do Chile. Neles operam serviços fotográficos que são despachados por via marítima para edição de fotogravuras. Eça de Queiroz, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco assinam correspondências do exterior ou textos locais.

Entre as décadas de 1920 e 50, o cinema, o rádio e o disco, assim como o livro e a TV criarão novas necessidades no país e imporão à mídia impressa, alternativas limitadas. A fotografia reduz o espaço do desenho, porém não afeta a caricatura, que se define nas prioridades das charges, do cartum, etc. O século XX coloca a notícia como prioridade para o jornalismo brasileiro, a informação diária se populariza. O futebol ingressa no espaço nobre da imprensa depois do carnaval e do jogo do bicho.

Os jornais criam concursos para atrair os leitores e garantir índices elevados de venda avulsa e de publicidade. De 1924 em diante, com o rádio, o jornal perderá o monopólio da descrição dos fatos esportivos, sendo obrigado a dividir uma cobertura que era exclusivamente sua. Até que apareça a televisão, dominará, porém, a vantagem da narrativa precisa, do detalhe que o leitor pode conferir na fotografia ou no desenho. Os anos 20 marcam o início da circulação de dois dos grandes jornais: O Globo, do Rio, e a Folha de S. Paulo (então Folha da Manhã).

A Noite, fundado por Irineu Marinho em 1911, passa logo depois ao controle de Geraldo Rocha. Em fins dos anos 20, é um jornal influente, dinâmico. Popular, explora a reportagem policial, os fatos da cidade, os eventos

esportivos. Ágil, bem feito, conquista o mercado da tarde com notícias exclusivas. Mais competitiva que qualquer outra, a imprensa do Rio encontra em A Noite o modelo de vespertino que se torna exemplar e que vai inspirar iniciativas semelhantes, até que em fins dos anos 60 a produção industrial determina novas regras de veiculação e inviabiliza os jornais da tarde, restaurando a predominância dos matutinos. A Noite começa a declinar em 1937, com a censura e a ditadura que cairão em 1945. Rocha é adversário de Getúlio Vargas e é obrigado a fugir para o exterior.

Terceira Fase

A terceira fase da imprensa brasileira registra, com o Estado Novo, um dos mais lamentáveis episódios da história do periodismo latino-americano. É quando se dá o advento da censura, a partir de 1939, estruturada no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A expressão industrial do jornalismo não se interrompe, pois os recursos governamentais empregados na publicidade dos atos oficiais beneficiam os meios de divulgação. Em 1945, a nação liquida a ditadura. São abolidos instrumentos de opressão, a imprensa readquire sua plena liberdade. O governo cria em 1953 a Lei de Imprensa. Porém, o AI 2 baixado pelo general Castelo Branco em 1965 dá chances ao presidente da República de violar a liberdade de imprensa.

Essas graves restrições às liberdades aumentam com o AI 5 de 1968, fecha o Congresso Nacional e censura qualquer manifestação do pensamento. O AI 5 impõe total controle dos meios de comunicação de massa, sujeitando a todos à

censura prévia. Muitos jornais são invadidos, depredados ou fechados pela Polícia. O Correio da Manhã e o JB deixam de circular, têm seus diretores presos, são ocupados por forças policiais e militares. O Correio da Manhã desaparece de circulação. O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde têm suas edições apreendidas.

Os atentados atingem os grandes, médios e pequenos veículos que ousam desafiar com a notícia a censura militar. A Tribuna da Imprensa é submetida a repetidos atos de violência, entre os quais, oito anos de censura prévia. Seu diretor foi preso várias vezes, a redação invadida e depredada em atentado não esclarecido.

O Última hora sobrevive até 1971, quando seu fundador é obrigado a vendê-lo. A imprensa alternativa nesse período acusa um rigor da censura ainda maior que a grande e média imprensa. O Pasquim teve seus diretores e principais redatores presos. Só após o fim do AI 5, com a liberdade de imprensa e a abertura política, a anistia e as eleições, nos anos 80, os meios de comunicação fazem o balanço da tortura, do terrorismo, da censura e do autoritarismo.

Verifica-se, então, que os presos morriam em atropelamentos, fugas, tiroteios, posteriormente à sua detenção. A história do jornal do Brasil continua sendo escrita e documentada nos dias de hoje e todos somos coadjuvantes dela. Hoje a imprensa brasileira ocupa lugar relevante no moderno jornalismo mundial. Nas últimas décadas do século XX ela reflete a própria situação do país. Quatro dos dez principais jornais da América Latina circulam em São Paulo e no Rio de Janeiro: O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Folha de S. Paulo.

HISTÓRIA DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS JORNAIS NORDESTINOS

Jornal do Commercio/PE

“Pernambuco falando para o mundo! Rádio Jornal do Commercio. Recife. Pernambuco. Brasil”. Este era o slogan carregado por ondas curtas para vários países espalhados pelas Américas e Europa. Tanto era o brio pernambucano do empresário Francisco Pessoa de Queiroz que ele chegou a contratar uma locutora inglesa para, no final da noite e no programa semanal em inglês, anunciar, em sotaque londrino irretocável: ***"Pernambuco speaking to the world."***

Na história do Jornal do Commercio destaca-se a figura aristocrática e empreendedora de Pessoa de Queiroz. Sob o seu comando, nas décadas de 20 a 70, o JC cresceu, adquirindo emissoras de rádio e televisão e tornando-se, na época, um dos grandes conglomerados de comunicação de massa de todo o país.

Dois anos antes da construção dessa rádio foi fundado o Diário da Noite, jornal vespertino que circulou até a década de 70. As difusoras de Garanhuns, Pesqueira, Limoeiro e a Televisão Jornal do Commercio foram construídas em 1960. Todas eram instalações de luxo, com mobília especialmente desenhada, pisos de mármore, e caros pianos americanos "***Steinway & Sons***". O JC também recebeu investimentos, como a aquisição de uma das mais modernas rotativas disponíveis, uma "***super-potente***" M.A.M alemã.

TRAJETÓRIA - Nascido em Umbuzeiro, sertão da Paraíba, F. Pessoa de Queiroz, como era conhecido, mudou-se para Recife aos três meses de idade. Foi aluno do Ginásio Pernambucano, na época um dos grandes colégios do Brasil, e da Faculdade de Direito de Pernambuco, onde colou grau no ano de 1911. Foi diplomata em Buenos Aires, Londres e Bucarest, depois secretariou a comissão brasileira enviada por Epitácio Pessoa, seu tio, à conferência de paz

em Versalhes, em 1918. Depois foi eleito deputado federal, ocupando mandatos de 1921 a 1930.

A Revolução de 1930 levou à queda do Presidente Washington Luís, ao fim da República Velha e ao empastelamento da redação do Jornal do Commercio. Pessoa de Queiroz teve sua casa incendiada e foi forçado a exilar-se na França, de onde só voltaria dois anos depois. Reiniciou suas atividades políticas com a eleição para o Senado pela UDN/PR, em 1962, onde ficaria até 1971.

Durante a década de 60, o Jornal do Commercio foi um dos expoentes do jornalismo no Nordeste, junto com A Tarde, da Bahia, e O Povo, do Ceará. A cobertura feita pelo jornal abrangia diversas cidades da região e do interior de Pernambuco. Existiam sucursais em seis cidades: Caruaru(PE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Salvador (BA) e Aracaju (SE) - uma sétima ficava em Brasília. E correspondentes em São Luís (MA), Fortaleza (CE), Teresina (PI), Arcoverde e Garanhuns(PE).

O editor-geral do JC nesse período, Vladimir Calheiros, lembra que as Rádios Difusoras de Pesqueira, Garanhuns, Caruaru e Limoeiro, em Pernambuco, serviam de apoio. *"Estávamos sempre em comunicação. O que acontecesse nestes municípios era repassado para nós"*, conta Calheiros.(JORNAL DO COMMERCIO, CADERNO ESPECIAL MEMÓRIAS, P. 3). O registro das notícias nacionais era realizado pela Rádio Press, que funcionava no Rio de Janeiro. Fundada por F. Pessoa de Queiroz, à agência foi criada para servir ao jornal.

Passado alguns anos o noticiário nacional passou a ser fornecido pela JB. Enquanto essa agência ficava responsável pelas pautas do dia-a-dia, a Rádio Press cobria os acontecimentos que extrapolavam o interesse da empresa, como

o aumento do preço do açúcar. As reportagens internacionais eram compradas à *Associated Press* e *United Press*.

O primeiro editor da Regional foi Ivanildo Sampaio, atual editor-geral. Era ele quem pautava os repórteres e editava as matérias que chegavam.

"Planejávamos as pautas com base nas informações enviadas pelo teletipo. Recordo que nas mortes de Kennedy e Che Guevara, Ivanildo acordou vários líderes políticos durante a noite, para repercutir suas mortes", afirmou Calheiros (JORNAL DO COMMERCIO, 1999, CADERNO ESPECIAL MEMÓRIAS, P. 3).

Já Ivanildo Sampaio lembra que era prática da sua equipe a produção de cadernos especiais sobre outros estados da região:

"Duas vezes por mês preparávamos especiais de 32 páginas. Era muito texto. As reportagens, em geral, enfocavam temas políticos e econômicos. Nas edições de domingo, trazíamos entrevistas com pessoas de destaque, como o Bispo de Crateus, no Ceará, Dom Frágoso. Assim como Dom Hélder, fazia forte oposição ao governo".(JORNAL DO COMMERCIO, 1999, CADERNO ESPECIAL MEMÓRIAS, P. 3).

CIRCULAÇÃO - Com a mesma eficiência que trazia informações sobre todo o Nordeste, o JC chegava até os seus moradores. Do Maranhão a Alagoas circulavam exemplares do jornal durante toda a semana. O transporte era feito de ônibus e de trem. Quando a impressão do jornal atrasava, perdendo a partida deste último veículo, era costume um encarregado ir até a estação mais próxima para encontrá-lo. Em alguns estados, como Alagoas, o jornal vendia cerca de mil exemplares aos domingos, e um pouco mais de 650 nos dias úteis. Eram números expressivos para a época.

Imprensa em Alagoas

A segunda metade do século XIX foi de agitação política. A nível nacional, surgem os Partidos Liberal e Conservador. Em Alagoas, foram criados os Luzias e Saquaremas, instalados durante a Presidência de José Bento da Cunha Figueiredo.

O Partido dos Luzias, utilizava-se do jornal O Tempo, para alimentar a sua política, com idéias defendidas através de ataques ao presidente. Os Saquaremas, tinham o jornal Timbre Alagoano, atacando o partido oposicionista.

Na presidência de Pereira de Alencastro, esses dois partidos se dividiram. Os Luzias, formaram o Partido Progressista e o Partido Histórico. Esse último coligou-se pouco tempo depois aos Saquaremas.

Antes da Abolição da Escravidão, Alagoas já estava na luta por esse objetivo. Em setembro de 1881, foi instalada a Sociedade Libertadora Alagoana, que marcou época. Detinha dois jornais: O Lincoln e o Gutenberg, ambos engajados na luta pelo fim da escravidão.

O ideal republicano começou a surgir com o jornal O Apóstolo, em 1871. Depois surgiu A República. Em 1888, o jornalista João Gomes Ribeiro fundou o Centro Republicano Federal de Maceió. Um ano depois, é proclamada a República, exatamente por um alagoano.

A política em Alagoas sempre foi clientelista. Existiam e ainda existem, verdadeiros “*currais eleitorais*”, onde os chefes políticos mandam e demandam, comprando votos de eleitores pobres e analfabetos. Aos poucos, esse critério vai mudando. Mas ainda deverá demorar muito, para acabar de uma vez por toda

com a bandalheira que existe em ano eleitoral, onde o dinheiro está acima de tudo.

No início do século XX, dois irmãos dominaram o governo do Estado, como eleitos pelo povo: Joaquim Paulo e Euclides Vieira Malta, formando o que passou para a História como Oligarquia dos Malta. A família continuou dominando no alto Sertão, elegendo prefeitos e deputados estaduais. Mas, foi se dispersando e a cada eleição, seus candidatos vão sendo derrotados.

Nas décadas de 1930/40, os Góes Monteiro, formaram outra oligarquia. Alagoas passou a ser conhecida como “*Alagóes*”. Dois irmãos: Ismar de Góes Monteiro e Silvestre Pércles de Góes Monteiro, foram governadores (um, especificamente Interventor, na ditadura de Vargas e o segundo, governador eleito pelo povo).

Já nos anos 70/80 e até quase o final de 90, uma outra oligarquia dominou o Estado. Mas não uma familiar e sim, de amigos: Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira. Começaram eleitos indiretamente, durante a ditadura militar. Depois, foram às urnas e ganharam. Quando não se candidatavam, apresentavam, um candidato, que era facilmente eleito. Só perderam e desapareceram da cena política, nas eleições de 1989.

Essas oligarquias estão acabando. Os próprios coronéis da política já se foram. Surgem os emergentes. Alguns de direita, outros de esquerda. São cidadãos que enriqueceram com esforço próprio, na agropecuária, na indústria, no comércio ou na prestação de serviços. Famílias tradicionais da política alagoana, como os Malta, de Mata Grande; Torres, de Água Branca; Bulhões, de Santana do Ipanema; Dantas, de Batalha; Sampaio, de Palmeira dos Índios; Vilela, de Viçosa; Moreira, de Capela; Gomes de Barros, de União dos Palmares, e tantas outras, estão perdendo espaço para novas lideranças políticas.

O primeiro jornal impresso que surgiu em Alagoas, foi o Íris Alagoense, em 1831, em Maceió, que, ainda não era capital da Província. Foi o primeiro passo para o avanço dessa área, com a criação de outros jornais, tanto em Maceió, como em Penedo, Marechal Deodoro e, depois, Viçosa, já na segunda metade do século XIX.

Até mesmo nos engenhos, havia a preocupação com a cultura. No Bananal, do coronel Quintiliano Vital, em Viçosa, foi publicado o jornal O Camponês, com notícias envolvendo mais as atividades agrícolas. Seu primeiro número saiu exatamente no dia da Abolição da Escravidão. Seus editores não sabiam desse fato. A notícia chegou depois.

O jornal mais antigo ainda em circulação (quinzenal), é O Semeador, da Arquidiocese de Maceió, fundado em 1913. O Jornal de Alagoas, circulou durante 85 anos, paralisando suas atividades em 1993. Atualmente o diário mais antigo é a Gazeta de Alagoas, da Organização Arnon de Mello, com 65 anos de existência e o de maior circulação no Estado.

Funcionam em Maceió neste início de século, três jornais diários: Gazeta de Alagoas, O Jornal e Tribuna de Alagoas, pela ordem os de maior circulação. São cinco emissoras de Televisão: Gazeta (Globo), Pajuçara (SBT), Alagoas (Bandeirantes), Massayó (MTV) e Educativa. São dezenas de rádios AM's e FM's distribuídas entre a capital e cidades do interior.

Imprensa da Paraíba

A proposta de O NORTE não ficava muito distante do perfil gráfico e editorial dos jornais metropolitanos do começo do século. Não seria ousadia afirmar que a relação de dependência dos jornais, únicos veículos formadores de opinião, fosse mais forte nos grandes centros do que mesmo nas províncias.

Quem leu Recordações do Escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto, um dos redatores do mais independente dos jornais cariocas, o CORREIO DA MANHÃ, sofreu profunda decepção com a imprensa de conveniência que se praticava por trás de nomes consagrados depois pela História.

Nascia a instituição da panelinha, do rasga seda fácil, da troca de elogios envolvendo as estrelas da política e, para a grande decepção do leitor de boa fé, os vultos principais das letras. Do ponto de vista político era lastimável, na metrópole, o grau de subserviência do jornal aos mandões do dia. O documento mais expressivo dessa relação comprometedora é de um ex-presidente, o Dr. Campos Salles, em seu livro *“Da propaganda à Presidência”*.

Ele confessa haver comprado, com fundos públicos, a opinião da maioria dos jornais encomendando elogios sobre sua política econômica. Uma figura da época, o jornalista Carlos Brasil, não esquece, em depoimento, de figuras como Machado de Assis redigindo discursos para membros do governo.

Restringe-se no Correio da Manhã (surgido sete anos antes de O NORTE, em 1901), o exemplo de jornal com algum foro de independência. Conclamava o povo à luta por melhores condições de vida, criticava o arbítrio, sobretudo a forma violenta como foi feita a campanha da vacina e revolução urbana do Rio.

Há um trecho em Isaías Caminha que denuncia outra forma de dependência: ao capital estrangeiro.

“Antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo (fundador da gazeta de Notícias), de José do Patrocínio (fundador de A Cidade do Rio), de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A Gazeta é do Gaffrée (sócio dos Guinle no monopólio da eletrificação do Rio), O País é do Visconde de Moraes ou do Sampaio (banqueiros) e assim por diante. E por trás dela, a imprensa, estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas

aspirações". (RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA, LIMA BARRETO, P. 76).

Era esta a grande imprensa no tempo em que Orris e Oscar Soares saíam da escola cívica de Arthur Achilles para fundar um jornal a serviço das aspirações sociais do povo paraibano.

O surgimento de O NORTE não fugia, também, da euforia exportada pela Europa e América diante do novo século. Aos olhos gerais, ia nascer um novo mundo. O Rio de Janeiro, capital federal e principal centro cultural do país, dá um basta ao modelo insalubre da velha cidade imperial e "*civiliza-se*", como foi o grito de guerra da época.

Há uma revolução urbana, o "*bota-abaixo*" do Prefeito Pereira Passos, como iniciativas há séculos reclamadas, como o saneamento, e a campanha contra a febre amarela, o mal que comprometia a entrada do século, capitaneada por Oswaldo Cruz.

Era este o clima:

"A República é garota, tem apenas onze anos, mas é uma garota orgulhosa. Liberta da escravidão e do Império, tem pressa em afirmar o Brasil como nação moderna (...) Corpo e alma da República, a cidade do Rio de Janeiro irá desafiá-la com suas doenças e com as necessidades de se adaptar aos novos tempos".(O NORTE, 1908, P. 4).

Na Paraíba não seria diferente, embora em ritmo que precisava de grande empurrão. O jornal é fundado em maio, no dia 7. Não será por mera coincidência que, em outubro seguinte, é lançada a pedra fundamental do primeiro hospital regular da cidade, o Santa Isabel, em cuja caixa especial é guardado o exemplar do jornal, liderando o esforço de opinião para aquele gênero de iniciativas.

É ilustrativo saber a quanto andava, nesse tempo, a economia da Paraíba, que fazia seus primeiros progressos no transporte ferroviário. Até aí, durante trezentos anos, toda a economia vinha por tropas de burro ou pelo rio. Sonhava-se com o projeto de Beaurepaire Rohan, de assorear o Paraíba a partir de Itabaiana, aumentando o calado das embarcações do nosso açúcar.

Na chegada do século, o sonho era levar férreas aos centros de produção algodoeira além-Borborema. Vivia-se atormentado pelos desvios do comércio sertanejo para o Recife em detrimento da praça da Paraíba e do porto de Cabedelo. Lutava-se pela inclusão da Estrada de Ferro Central da Paraíba no plano nacional de viação.

"Os nossos trilhos prolongar-se-iam autonomamente, além de Campina e através de Taperoá, Patos, Pombal, até Cajazeiras, e até Talha, no Ceará".(O NORTE, 1908, P. 2).

Mas na realidade trabalhava-se no prolongamento de Mulungu a Alagoa Grande, Timbaúba a Pilar, ligando-nos a Pernambuco, além da ligação com o Rio Grande do Norte, via Guarabira e Nova Cruz. Concluía-se o trecho Itabaiana a Campina. Era as grandes conquistas de um estado pobre com 2 mil contos anuais de renda, sendo 80 a 90 mil da Capital, uma cidade movida a bondade de burro e que somente em 1912 veio ter o seu abastecimento d'água e, um ano depois, a iluminação à eletricidade.

De modo que, ao partir para a luta, O NORTE compunha, letra por letra das suas reportagens e artigos, a lâmpadas de querosene, no máximo de acetileno. O progresso da iluminação trocou os 20 lampiões de azeite de mamona por 200 combustores de querosene. A União de 8 de maio descreve o co-irmão que estava sendo instalado no sobrado 9 da rua Visconde de Inhaúma.

A descrição se deixa impressionar pelos equipamentos montados, tudo novo, completo; pelo sistema de recepção telegráfica direta do Rio; pelo conforto das salas amplas, salas distribuídas em dois pavimentos. Provavelmente melhor instalados que o próprio jornal do governo, ainda uma casa adaptada e, portanto, precária para comportar um jornal. Mas a grande diferença estava na proposta editorial.

Em lugar do clássico soneto que abria as primeiras páginas da época ou do folhetim transcrito dos jornais portugueses e franceses, o jornal de Orris Soares abria espaço à ampla reportagem. Nas primeiras edições abre fogo contra o cangaço, a insegurança daqueles tempos que, como o tráfico de drogas de hoje, em tamanho bem menor, tinha a sua sustentação no coronelato ou nos mandões da economia e da política.

O NORTE já denunciava que não bastava combater o cangaceiro isoladamente, *“mas quem os homiziava, seus costas-quentes”*. Em vez de porta-voz de grupos políticos, tomou o partido das classes produtoras, sobretudo do comércio. O comércio, nessa época, era o contingente social mais progressista, mais avançado, fomentando em seus cafés e *“senadinhos”* da Maciel Pinheiro as idéias remanescentes do abolicionismo recém-vitorioso, das práticas positivas, do cientificismo.

Não era de graça o surto cultural que conferia aos letrados, ao intelectual, mais prestígio social e político. A geração dos anos 20, fermentada neste espírito, foi a geração que mais conferiu prestígio político e cultural da Paraíba no Brasil. Nela aflorou o elenco de menores que teve em Eritácio Pessoa o presidente, e em Augusto dos Anjos, José Américo, José Lins do Rego, Carlos Dias Fernandes, Celso Mariz, José Vieira, Coriolano, Álvaro de Carvalho e Antônio Navarro as lideranças intelectuais ainda hoje vivas e seguidas.

As primeiras reportagens

A imprensa brasileira das primeiras décadas do século XX vivia de polêmicas. Um simples erro de português ou uma opinião contrária aos interesses de grupos era motivo para investidas que começavam pelo assunto em pauta e terminavam na vida particular das pessoas envolvidas na contenda. A discussão ganhava proporções de grande escândalo para satisfação dos leitores que devoravam as edições.

Para se ter idéia, a passagem do cometa *Halley*, em abril de 1910, comoveu o mundo inteiro, mas foi ignorada pelas publicações em nome dos debates e dos achincalhes pessoais. Foi nessa época que surgiu O NORTE com a proposta de, em quatro páginas, inovar na qualidade das informações oferecidas ao público.

Fundado em 7 de maio de 1908 pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares, quebrou os velhos padrões do "*jornalismo provinciano, apresentando uma folha cuidadosamente organizada, otimamente impressa e surpreendentemente bem redigida*", segundo historiadores. A sua primeira sede funcionou em uma pequena casa na rua Visconde de Inhaúma, hoje João Suassuna, perto do Porto do Capim, na Cidade Baixa, em João Pessoa.

As edições das quatro primeiras décadas de O NORTE se perderam nas mudanças de sede e em um alagamento que aconteceu no arquivo em 1984, já nas instalações atuais, na avenida Pedro II. No centro de documentações do jornal, as edições datam dos anos 50. Mesmo assim, incompletas. Somente a partir de 1973, o arquivo traz todos os exemplares.

Por conta disso, da primeira edição, existe somente a primeira página, emoldurada na sala do editor-chefe do jornal. A relíquia pode parecer confusa para um leitor que já tenha nascido na era da tecnologia que acontece hoje, não havia chamadas na primeira página.

Na edição um, este espaço é ocupado com os mais variados assuntos das mais diversas editoriais. O jornal abre com um artigo político seguido de uma matéria de interesse imediato da comunidade, como era costume na época em todo o Brasil.

Nela, ainda constam notas políticas, cultura, colunismo social, chamadas para o dia seguinte e promoções. Tudo sem nenhum critério aparente de edição como se vê hoje. Nas entrelinhas, entretanto, percebe-se que o jornal seguia uma linha editorial voltada para a investigação e para a denúncia, afastando-se das fofocas e intrigas. O caráter investigativo fica claro na matéria policial, quando a equipe localizou *“um rapaz surdo mudo que havia sido internado em uma cadeia como louco.”*

A primeira matéria de Cidades denunciava a mudança de horários no porto de Cabedelo. Em tom inflamado, o texto queixa-se da empresa *Lloyd*, apontada como responsável pela alteração.

"Não sabemos que caveira de burro persegue esta terra de modo que até num serviço de tanta importância como aquele a que nos vimos referindo (a mudança de horário), os paraibanos são prejudicados barbaramente", diz um trecho da matéria.(O NORTE, 1908, P. 3).

Apesar de os textos não terem assinaturas, sabe-se que entre os primeiros redatores de O NORTE constavam nomes bastante conhecidos na época como Abel da Silva, Sinésio Guimarães, Inojosa Varejão, Enéias Leite e José Porfírio, além de Orris Soares, que era tio-avô de Jô Soares.

O título da primeira matéria policial de O NORTE era grande e escrito em um português que caiu em desuso: "*Dupla Infelicidade - 15 meses de cárcere - Considerado louco - Pae monstruoso - A nossa reportagem - O que diz a vítima - Notas*". A separação das frases era assim mesmo.

A matéria relata a história de Aquilino Rodrigues de Souza Filho, um garoto que nasceu surdo e mudo e foi mandado pelos pais - Aquilino e Josepha Maria de Jesus - para uma escola de crianças portadoras de necessidades especiais no Rio de Janeiro, em 1900.

Depois de cinco anos, ele voltou à Paraíba. A felicidade em reencontrar a família durou poucos anos, pois descobriu que o pai era alcoólatra e maltratava a mãe. Um dia perdeu a paciência e disse para Aquilino, através da linguagem de sinais, que aquela atitude era censurável.

Por conta disso, o pai o encaminhou, como louco, para a Cadeia Pública de João Pessoa, onde quinze meses depois foi localizado pela equipe de reportagem de O NORTE que havia aprendido a linguagem de sinais para se comunicar com ele. A matéria não conta como terminou a história. Também não é possível fazer o acompanhamento porque as edições seguintes já não existem mais nos arquivos. Perderam-se.

Irmãos empreendedores

Os fundadores de O NORTE, Oscar e Orris Eugênio Soares, eram filhos de Adolfo Eugênio Soares e Amazile Meira de Holanda Soares, comerciantes portugueses que conseguiram fazer fortuna em João Pessoa. Quando fundaram O NORTE, eles queriam colocar em circulação um diário politicamente independente. Isso fica claro no "*Boletim do Dia*", uma espécie de editorial publicado na primeira página da edição número um.

O texto destaca que a proposta era combater os interesses de qualquer ordem política e promover ações que facilitassem o desenvolvimento industrial e intelectual do povo paraibano. Na apresentação, outra dica sobre o estilo que o jornal adotaria:

"Saúdo os leitores d' O NORTE, oferecendo-lhes as columnas para a defesa das classes populares e o engrandecimento do Estado na industria, commercio e lavoura!..."(O NORTE, 1908, P. 4).

De acordo com testemunhos registrados em livros e em edições antigas de O NORTE, os irmãos Soares sempre foram muito empreendedores. Desde jovem, Orris dedicava-se a clubes de inspiração literária. Segundo informações publicadas na edição especial de comemoração de 90 anos de O NORTE, ele era um rapaz de ***"inteligência viva, índole cordial e grande capacidade de aprender e querer."*** A idéia de fundar o NORTE com o irmão Oscar veio depois de concluir o curso de Direito, no Recife.

Oscar era mais dedicado à política. Assumiu uma vaga na Câmara Federal em 1918 onde ficou até 1930. Conquistou essa situação em parte porque o NORTE desenvolveu uma campanha para Eptácio Pessoa, o então presidente do Brasil. O fato de ser genro de Inácio Evaristo de Monteiro, chefe político da Capital durante 25 anos, também contribuiu para a sua estabilidade política.

Oscar é lembrado como um deputado prestimoso, que se destacou, principalmente, pela dedicação com que defendia, junto à administração federal, os interesses da Paraíba. Mudanças na linha editorial, atropelos, depredação e fechamentos.

A história dos primeiros 50 anos de O NORTE é marcada pelo fechamento e reabertura do jornal depois de várias crises. A primeira vez em que

teve suas atividades encerradas "*temporariamente*" foi no início da década de 20. Os poucos registros sobre este fato não especificam por quanto tempo o jornal ficou sem circular, mas explicam que isso aconteceu por problemas políticos.

O NORTE, em 1915, "*esqueceu*" a linha editorial independente que adotou nos primeiros anos e se empenhou declaradamente à campanha de Epitácio Pessoa contra o monsenhor Walfredo Leal, no Estado. O engajamento político desagradou os leitores. A queda de prestígio foi grande e os prejuízos proporcionais a ela. Além disso, surgiram vários concorrentes que, embora de qualidades editorial e gráfica duvidosas, atrapalharam o sonho dos irmãos Soares.

Por conta disso, eles começaram a se desinteressar pelo jornal e a se dedicar a outras atividades. Venderam-no então para Januário Barreto, que tinha idéias mais comerciais e menos políticos para o jornal.

Mas o jornal mais uma vez se envolveu em querelas políticas e a história se repetiu. O segundo fechamento de O NORTE se deu por conta da revolução de 30. O jornal era "*o grande opositor do então Presidente da Parahyba, João Pessoa*". Relatos da época revelam que após o assassinato do líder político, as dependências do jornal foram depredadas por um povo enfurecido. Máquinas e materiais diversos foram todos destruídos.

O jornal foi comprado por Manuel Veloso Borges em 1932 e voltou a circular em 1935, sendo dirigido por Raul de Góes e, depois, por José Leal que adotou uma linha mais noticiosa e menos radical. Mesmo assim, O NORTE fecha novamente as suas portas em 1949 por causa da ditadura do Estado Novo. Depois de onze anos, é reaberto em 10 de janeiro de 1950 para se engajar na candidatura de José Américo de Almeida ao Governo do Estado.

Nesta época, já pertence ao senador Virgínio Velloso Borges. Completamente renovado e com a sua estrutura ampliada - depois da compra dos equipamentos do diário Estado da Paraíba, o jornal atinge, praticamente, todos os recantos da Paraíba.

O ingresso nos Diários Associados ocorreu em 1954. Naquele ano, Virgínio Velloso Borges cedeu as ações que detinha em O NORTE ao grupo criado pelo magnata da Imprensa nacional, Assis Chateaubriand. O jornal passou a integrar, desde então, a maior cadeia de comunicação da América Latina.

DIARIO DE PERNAMBUCO

O DIARIO DE PERNAMBUCO, o mais antigo jornal da América Latina foi fundado a 7 de novembro de 1825 ,procurou sempre, inspirando-se nas lições de um rico passado histórico, atualizar-se tecnologicamente, sendo esse constante empenho um dos trunfos de sua longa vida.

Dispõe hoje de um dos mais avançados parques gráficos do País, cuja rotativa off-set, uma *Goss Newline*, imprime 70 mil exemplares por hora, com fotos e anúncios coloridos recobrindo suas páginas. A rotativa, uma estrutura de 400 toneladas, funciona ativada por sistema informatizado.

O DP ostenta ainda outro importante título: é a mais velha publicação do mundo editada em língua portuguesa. Quando surgiu, idealizado por Antonino José de Miranda Falcão, o DIARIO era impresso em rudimentar prelo de madeira.

A pequena folha, de 4 páginas, medindo 24 ½ por 19 centímetros,

declarava-se, no seu primeiro editorial, um simples "*diário de anúncios*". Miranda Falcão, que dirigiu o DP por 10 anos, foi o impressor do jornal de Frei Caneca, o Typhis Pernambucano, órgão de propaganda da Confederação do Equador, movimento revolucionário ocorrido, em 1824, no Recife.

Em 1835, o comendador Manuel Figueiroa de Faria adquire o DIARIO. Sob o comando de Figueiroa, o DP vive momentos de grandes transformações, chegando, em meados do século XIX, a rivalizar, por seu conteúdo editorial e acabamento gráfico, com os periódicos da Corte. A família Figueiroa conduziu os destinos do jornal durante 65 anos.

O conselheiro Rosa e Silva, então vice-presidente da Republica, assume o seu controle em 1901. Nessa fase, o jornal é envolvido por agitada disputa política, sofrendo, inclusive, empastelamento, o que se repetiria em 1945.

A sua redação era dirigida por Arthur Orlando e entre os redatores estavam Assis Chateaubriand e Gilberto Amado, que escrevia a coluna intitulada *Golpes de Vista*. Chateaubriand, anos depois, faria do DP uma das unidades dos Diários Associados, rede de jornais, rádios e TVs que o Velho Capitão criou em 1924.

Depois de longas e difíceis negociações, incorpora-se, em 1931, aos Diários Associados, concretizando-se um sonho acalentado por Assis Chateaubriand. O DIARIO toma novo impulso: cria novas seções e amplia os serviços noticiosos, recebendo, com exclusividade, despachos do *Chicago Daily News* e da *United Press*.

Opera ainda com a *Reuter*, o *International News Service* e o *British News Service*. Colaboram no jornal, entre outros expoentes da

vida literária do País: Tristão de Ataíde, Otavio Tarquino de Souza, José Lins do Rego, Menotti del Picchia, Murilo Mendes e Augusto Frederico Schmidt.

Durante a II Guerra, o DP encarta semanalmente em suas edições um suplemento sobre o grande conflito, opondo-se ao totalitarismo representado pela Alemanha, Itália e Japão, as chamadas potências do Eixo.

Move então, em 1945, campanha contra a ditadura de Getúlio Vargas, em um dos momentos culminantes de sua história. Em 3 de março daquele ano, num fim de tarde, é assassinado, na sacada do jornal, o estudante Demócrito de Souza Filho, pela polícia do Estado Novo, que tentava dissolver manifestação popular concentrada em frente ao edifício do DIARIO.

No meio da multidão, tomba o carvoeiro Manuel Elias, também vítima dos disparos da polícia, que empastela o jornal. O seu redator-chefe, Aníbal Fernandes, um dos grandes nomes da imprensa brasileira, é preso, em companhia de outros jornalistas, e o DP passa mais de 40 dias sem circular, voltando às bancas por força de mandado de segurança concedido pelo juiz Luiz Marinho.

Assis Chateaubriand, que alimentava um profundo sentimento de admiração pelo DIARIO, dizia que o jornal recifense era "*a praça forte da liberdade*". Bate-se, nos anos seguintes, pela criação da Hidroelétrica do São Francisco, do Banco do Nordeste e da SUDENE, o tripé que alavancou o processo regional de industrialização.

Além de João Calmon, Aníbal Fernandes, Mauro Mota e Costa

Porto, dirigiram o DIARIO, em anos recentes, Nereu Bastos e Antônio Camelo. Nereu implanta o sistema de composição eletrônica e impressão off-set, nos começos da década de 1970, o que elimina as máquinas de linotipos e o chumbo na feitura do jornal. Barbosa Lima Sobrinho e Rachel de Queiroz tornavam-se seus colaboradores permanentes.

Lembra o seu presidente, Jozil Barros, evocando esse notável acervo, que o DIARIO DE PERNAMBUCO sempre esteve a serviço das grandes aspirações coletivas, afirmando-se, no curso de sua trepidante existência, jornal de claros posicionamentos liberais e defensor das franquias democráticas e do Estado de Direito. *"Trabalhamos pelo fortalecimento econômico de Pernambuco e pela afirmação de sua cultura, lutando, com tenacidade, em favor dos interesses nordestinos. Este é o nosso compromisso"*, acentua o dirigente Associado. A circulação do DIARIO estende-se a outros Estados do Nordeste e o leitor encontra ainda pontos de venda no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

JORNAIS MARANHENSES

O jornal, enquanto meio de comunicação de massa, é típico das sociedades urbano-industriais, onde encontra as condições necessárias para se desenvolver, como a publicidade, que é o ponto chave do lucro, e uma estrutura mecanizada, a qual possibilita que uma variedade de informações chegue a um grande número de pessoas que estão fisicamente separadas. *“Fator significativo do desenvolvimento da comunicação de massa foi a máquina reprodutora de comunicações”* (STEIMBERG,1972, p.20), a qual agilizou o processo informativo.

Sendo um meio de comunicação que pretende atingir à massa, a qual se caracteriza pela sua heterogeneidade sócio-cultural, abrange conhecimentos bastante variados a fim de atender ao gosto da maioria. “*A comunicação é orientada a um ponto central, a um denominador comum mas dirigida a ninguém em particular*” (PERUZZOLO, 1972, p. 77). Ou seja, dirige-se a pessoas de idades diferentes, de ambos os sexos e de diferentes níveis social e cultural.

Embora essa massa de pessoas seja constituída por um todo heterogêneo, a cultura industrial, na pretensão de atender ao gosto de todos, assume uma forma homogênea, ou seja, de fato a cultura de massa abrange uma diversidade de temas e de conteúdos, mas eles são unificados na forma como são abordados veiculam-se os mesmos padrões e valores da sociedade. Pretende-se nivelar o gosto pela média, e é justamente o gosto comum que dá forma à cultura industrial.

A partir do desenvolvimento urbano-industrial alcançado pelas grandes capitais brasileiras até a década de 1960 é que a imprensa vai se constituindo enquanto meio de comunicação de massa, a qual caracterizava-se, nesse período, pela divulgação de um mesmo padrão cultural, a partir dos grandes centros industrializados, para o conjunto da sociedade brasileira. Ou seja, mesmo as cidades onde a industrialização não era um fator preponderante fizeram parte da sociedade de consumo no Brasil, a partir do momento em que também eram atingidas, através dos meios de comunicação, pela cultura de massa.

Mesmo a imprensa que ainda não se constitui enquanto meio de comunicação de massa pode ter um grande poder de influência quando é direcionada para uma elite que controle os setores político e econômico de onde se localiza e, ainda, quando o noticiário é transmitido por pequenos grupos a partir das relações interpessoais.

De acordo com PERUZOLLO (1972, p.34), “*grande número de opiniões, interesses e valores são forjados por um assédio contínuo e premente, que o homem recebe na formação de sua personalidade*”. Assim sendo, a imprensa funciona como um aparelho ideológico.

Ao contrário do que acontecia nas grandes capitais do país, no período estudado, o setor industrial em São Luís ainda não era capaz de abranger grande número de trabalhadores a ponto de atrair a população interiorana, além de ainda não ter se constituído enquanto sociedade urbano-industrial. Sobre os meios de comunicação, São Luís contava com poucas estações de rádio e, só dispôs da primeira emissora de TV no final de 1963, quando foi instalada a TV Difusora.

A imprensa, contando até então com apenas seis jornais diários, era bastante polêmica, devido à sua constante ligação com grupos políticos. Os jornais aqui trabalhados não fugiram à regra. O Imparcial integrante da cadeia jornalística dos Diários Associados, pertencente a Assis Chateaubriand, era de orientação pessedista, e o Jornal do Dia, pertencente desde 1959 ao deputado do PTB Alberto Aboud, seguia a orientação petebista.

A imprensa em geral no Maranhão, nesse período, girava em torno de um número restrito de leitores, devido ao grande número de analfabetos aqui existentes (o recenseamento de 1960 indicou um índice de 39,47% em todo o Brasil, e de 69,85% no Maranhão), e a uma tiragem restrita de mil exemplares para uma população maranhense de aproximadamente 2 milhões e 500 mil habitantes.

Dessa forma, o jornal maranhense ainda não representava um meio de comunicação de massa, devido à falta de condições como, por exemplo, uma massa populacional urbana dispondo de condições intelectual e financeira para poder adquiri-lo. Mesmo assim não se deve desconsiderar o poder de persuasão

que os jornais exerciam em seus círculos de leitores e naqueles que tinham acesso às notícias veiculadas através da divulgação oral.

Os jornais maranhenses recebiam as notícias, a nível nacional, das grandes capitais brasileiras e, internacional, das poucas agências estrangeiras que dominavam o setor no Brasil. Dessa forma, pode-se dizer que a imprensa maranhense, no mínimo fazia parte das “*frentes de expansão*” dessa indústria cultural que existia a nível de Brasil, nesse período.

Ao se estudar a história da imprensa maranhense, principalmente no decorrer do século XIX e boa parte do século XX, percebe-se que ela é marcada por três características básicas: a disputa política dos jornais, a qual era na maioria dos casos, sua principal finalidade; a participação efetiva de vários deles nos acontecimentos políticos; e sua contribuição para a história da política e da cultura do Maranhão, na medida em que registraram os discursos ideológicos de determinados momentos históricos, e cederam espaço para a cultura.

O Imparcial/MA

Esse jornal, que foi fundado por José Pires, em 1º de maio de 1926, trouxe uma proposta inovadora para a imprensa maranhense. Como seu título sugere, propôs-se a ser imparcial. Se é que isto é possível quando se trata de imprensa, visto que, embora o jornal não esteja atrelado a nenhum partido ou grupo político ou econômico, tem interesses a defender, como por exemplo, o de ter um retorno financeiro.

Além disso, existe o fato de que os jornalistas têm uma visão crítica sobre o que escrevem, e acabam expondo isso direta ou indiretamente em suas matérias. De fato, o que seu título denota, e o que o diferencia dos demais jornais da época em que surgiu, é que ele não veio para defender exclusivamente

o posicionamento ideológico de determinado partido ou grupo político/empresarial, o que não significa dizer que não tivesse uma visão crítica da política local.

Visava, mais que os outros o lado empresarial, além de procurar separar notícia de opinião, fugindo do estilo literário da maioria dos jornais da época. Evitava também as notícias sensacionalistas que caracterizavam os jornais populares. Na carta de despedida de J. Pires percebe-se que o jornal, no mínimo esteve envolvido em movimentos políticos, defendendo pontos de vista que, conseqüentemente, lhe acarretaram problemas com a Justiça.

“Resisti desassombradamente, à frente deste jornal, contra todas as perseguições de que fui vítima nesse lapso de tempo de 20 anos. Fui preso. Capangas armados agrediram-me às caladas da noite e só milagrosamente escapei com vida. Respondi a vários processos iníquos, de todos os quais fui absolvido”. (O IMPARCIAL, 1944, p. 1).

Se até a “*imparcialidade*” desse matutino incomodava, o que dirá os jornais que adentravam nas disputas pelo poder político, e em função disso existiam.

A história de O Imparcial pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira, quando foi comandado por J. Pires, e a segunda, quando, em 1944, tornou-se parte dos Diários Associados, encabeçado por Assis Chateaubriand, envolvendo-se mais nas questões políticas, mas não perdeu sua principal característica de valorizar a notícia informativa.

Sobre sua atuação na política no início da década de 1960, soube valorizar as administrações dos governadores vitorinistas Mattos Carvalho e Newton Bello, ambos do PSD, o qual mantinha uma coluna no jornal. Quando da

renúncia de Jânio Quadros em 1961, reclamava pelas garantias constitucionais, e no ano seguinte, abraçou a campanha política pelo NÃO ao Parlamentarismo.

As críticas ao governo de João Goulart se faziam presentes na coluna de Chateaubriand, o qual quando queria atacar o presidente ou as pessoas ligadas a ele, acusava-os de comunistas.

Jornal do Dia/MA

O jornal que hoje é conhecido como O Estado do Maranhão chamava-se em sua origem, Jornal do Dia. Fundado em março de 1953, por Arimatheya Athayde, o qual se propôs a *“informar o povo, sem a tutela de grupos ou facções”*, além de *“preencher uma lacuna na imprensa local, qual seja lançar um jornal independente”* (Jornal do Dia, 1953, p.1). Era independente o suficiente para criticar a administração do governador do Maranhão, Eugênio de Barros, pois, para isso, o jornal serviu nessa primeira etapa, que durou pouco.

O JD ainda pertenceu a outras pessoas, até que em 1959 foi comprado pelo deputado Alberto Aboud, então presidente do PTB no Maranhão. Logo no primeiro editorial dessa nova fase, explicava-se a que o jornal se propunha.

“Não alimentamos a veleidade da perfeição mas acalentamos o desejo e a esperança de que este jornal venha a ser, na realidade, o veículo das aspirações do povo, o reflexo de suas angústias, o intérprete de seus sentimentos e a sua arma na luta do dia a dia” (Jornal do Dia, 1960, p. 2).

Se de fato representou o desejo do povo criticar a administração do então governador do Maranhão, Mattos Carvalho e, mais tarde a, de Newton Bello, o JD cumpriu o que prometeu. Sobre seu posicionamento político-ideológico, afirmava que:

“Sem estar filiado a qualquer agremiação política, nem por isso deixará este jornal de ter opinião política. Defenderemos a linha programática do Partido trabalhista Brasileiro”(Jornal do Dia, 1960, p. 2).

Nem sempre isso foi possível, pois em 1960, nas eleições para governador, o PTB, coligado ao PSD, apoiou o candidato Newton Bello, enquanto o jornal apoiou o candidato das Oposições, Clodomir Milet. Para a Presidência da República, o partido apoiou o Marechal Henrique Lott, mas o JD ficou com Jânio Quadros.

A independência financeira do jornal o colocava em posição vantajosa, ao opor-se ao governo do Estado. Alberto Aboud era um empresário de sucesso.

O jornal deu uma trégua ao governo quando em 1962, seu proprietário foi eleito a deputado federal pelo PSD, partido que adquiriu uma coluna onde tecia elogios ao governador Newton Bello. Mas esse bom relacionamento estava com os dias contados. Com os desentendimentos gerados dentro do PSD, Alberto Aboud e outros cinco pessedistas deixaram esse partido para se filiarem ao PTB.

A partir de então o JD firma sua posição contrária ao governo do Estado, e favorável ao Presidente João Goulart, cujas metas de governo são divulgadas com entusiasmo.

O Jornal do Dia apesar de valorizar a informação, esta ainda não se encontrava totalmente desligada da opinião, principalmente quando se tratava de assuntos locais. Mostrou-se oposicionista ao governo do Maranhão a maior parte

do tempo em que foi dirigido por Alberto Aboud, alcançando, dessa forma, uma grande penetração popular, visto que nesse período, os partidos oposicionistas tinham muita credibilidade perante a população.

E ainda, incomodou a ponto de ter sido empastelado em 1960, segundo o jornal, por deputados situacionistas. Seguiu a orientação de seu diretor chefe, que apesar de estar filiado a um partido, nem sempre defendia a posição do mesmo.

A grande imprensa brasileira vinha, desde 1961, tentando denegrir a imagem da pessoa e da administração de João Goulart. Além de promover uma verdadeira campanha contra o comunismo. Imprensa esta dependente das agências estrangeiras de notícias e de propaganda originárias de países capitalistas, principalmente dos EUA

Os jornais aqui estudados recebiam informações dessas mesmas agências. Na primeira metade da década de 1960, O Imparcial recebia suas notícias da *Meridional*, *United Press Internacional* e do correspondente de Brasília. O Jornal do Dia recebia informações através das sucursais do Rio de Janeiro e de Brasília, da *Meridional*, *Telepress* e da *France Press*.

Segundo Sodré, quem contratava os serviços da *Associated Press* e da *United Press Internacional*, pagava um preço relativamente pequeno em moeda, mas altíssimo em valores não redutíveis a dinheiro: “*o controle da informação nacional fornecida à nossa imprensa*”(SODRÉ, 1977, p. 478).

No início de 1964 o Jornal do Dia dispunha-se a divulgar as realizações administrativas do Governo Federal, onde os discursos de políticos em apoio a Jango são constantemente destacados. A relação do Brasil com Cuba e a antiga União Soviética é noticiada como aceitável e favorável para ambas as partes.

Defendia a idéia de que qualquer tentativa de derrubar o governo federal seria anticonstitucional e que Jango estaria se preparando não para aplicar um golpe mas para evitar que a direita conservadora o aplicasse.

O Imparcial transmitia as notícias justamente sob o ponto de vista dos opositores de Jango. O envolvimento do Brasil com países comunistas é noticiado com tom de denúncia.

Quando se tratava de depreciar o comunismo, este jornal chegava até a publicar matérias opinativas, fugindo a seu estilo. E acusava o presidente de estar preparando um golpe armado.

Sobre o comício da Central do Brasil (13/03/64), para o JD, representaria *“um marco histórico a partir do qual o povo teria novas esperanças e a oposição reacionária sentiria a força de Jango”*. Para O Imparcial, tal comício *“era um acontecimento perturbador da ordem, causador de insegurança além de ser ilegal”* e a partir de então promove verdadeira campanha contra o presidente, cujas atitudes deveriam ser detidas antes que houvesse a derrocada da democracia.

O Jornal do Dia noticiou, em 01/04/1964, segundo a manchete de capa, *“Revolução: Golpistas querem derrubar Jango”*, um movimento contra a autoridade legal, iniciado em Minas Gerais, sob a liderança do então governador Magalhães Pinto. Tal movimento foi identificado como sendo um golpe das forças fascistas e reacionárias e cujo objetivo era a derrubada do Presidente da República e a implantação de um regime de força, contando também com a participação de Carlos Lacerda.

As notícias de protesto ao golpe encontram espaço nesse jornal, como uma nota da Frente de Mobilização Popular, União Maranhense de Estudantes Secundaristas e Pacto Sindical que alertava o povo maranhense a defenderem o

mandato do Presidente Jango. O próprio Alberto Aboud manifesta, em 02/04/1964, num pronunciamento, sua posição favorável ao Presidente.

Na mesma edição, publica-se “***Jango não renunciará***”. Dessa forma é anunciado que Jango, apesar de ter sido aconselhado a se dirigir ao Rio Grande do Sul a fim de organizar a resistência, decidiu continuar em Brasília, pois não via razões ainda para tal atitude. Dois dias depois publicou-se que Jango só teria deixado a capital por que estava sob ameaça de prisão.

O então jornalista Edson Vidigal revelou em entrevista ao Estado do Maranhão que:

“Abril de 1964 pegou o ‘Jornal do Dia’ envolvido em plena mobilização anti-golpe. A manchete era uma palavra só, GORILAS e por aí seguia em arroubos legalistas. Numa cercadura um ‘Manifesto do Povo Maranhense’ em favor da ordem constitucional e entre os primeiros a serem presos estavam os escritores Bandeira Tribuzi, Vera Cruz e eu.”
(VIDIGAL, 1989).

O JD denunciou, dessa forma, a força bruta empregada pelos militares, identificados como gorilas, cuja atitude que depôs Jango não respaldou-se na legalidade. O Jornal Diário da Manhã, pertencente ao governador Newton Bello, desafeto político de Alberto Aboud, acusava-o de comunista e aproveitou a oportunidade para denunciá-lo às autoridades militares as quais estavam promovendo uma verdadeira “***caça aos comunistas***” em São Luís.

Dessa forma, fizeram uma busca na casa do dono do JD, segundo o qual nada que o comprometesse foi encontrado. Em suma, o Jornal do Dia, que vinha fazendo uma campanha pelas Reformas de Base, servindo de aparelho ideológico do Governo Federal, reagiu, inicialmente ao golpe militar, cedendo espaço às posições favoráveis a Jango, cuja permanência no poder era

identificada com um desejo popular, o qual estaria se organizando para resistir ao golpe.

Porém, o diretor Alberto Aboud foi advertido sobre sua postura tomada perante a crise político-militar e a partir de então o jornal cessa as críticas aos militares para, num primeiro momento, mostrar-se esperançoso pelo menos quanto à realização dos objetivos do novo governo, e num segundo momento, evidenciar a degeneração do movimento militar, o qual estava gerando um clima de terror no País, com cassações, prisões e censura.

No dia 01/04/1964, O Imparcial noticiou a existência de uma crise político-militar que assolava o país, devido a uma reunião subversiva de sargentos com o Presidente da República. A partir de então seguem discursos de governadores e chefes militares que se diziam defensores do regime democrático contra a ação dos comunistas.

No dia seguinte, a manchete ***“Amplamente vitoriosa a arrancada democrática contra Jango”***, anunciava a vitória do movimento das forças civis e militares contra o Presidente, o qual, segundo o jornal, teria fugido para Brasília a fim de não ser preso, depois da tentativa frustrada de mobilizar o Exército a seu favor.

Dessa forma a cadeia associada posicionava-se favorável à intervenção militar, reproduzindo seu discurso segundo o qual a deposição de Jango seria uma reivindicação do povo brasileiro, e que o mesmo havia tomado parte nas decisões para tanto.

Em suma, para O Imparcial, que estava empenhado na campanha contra o comunismo e a favor de uma tomada de atitude das forças militares para impedir que o Presidente João Goulart desse um golpe de Estado, instalando uma ditadura no País, a intervenção militar significou a realização de suas aspirações políticas. Elogiou o quanto pôde.

Os agentes do golpe, seus objetivos e seu desempenho no comando do País, e sem culpar os autores, criticou a severidade na qual estava descambando o regime imposto, como a censura à imprensa, as prisões e cassações, que segundo o jornal, eram necessárias para as pessoas certas (comunistas ou ligados à corrupção, por exemplo) e não podiam servir para vinganças pessoais.

ANÁLISE

De modo geral, a imprensa brasileira não tem dado a atenção que a desertificação no Nordeste mereceria, a imprensa nordestina tem feito uma cobertura insatisfatória da problemática da desertificação em sua região.

Nos veículos pesquisados, os principais jornais nordestinos, não há preocupação em alertar a população dos riscos e conseqüências da desertificação.

Os jornais pesquisados foram: Jornal do Commercio (Recife-PE), Diário de Pernambuco (Recife-PE), O Norte (João Pessoa-PB), O Povo (Fortaleza-CE), Diário do Nordeste (Fortaleza-CE), Diário da Borborema (Campina Grande-PB), Folha de Pernambuco (Recife-PE), O Estado do Maranhão (São Luís-MA), Tribuna do Norte (Natal-RN), Correio da Bahia (Salvador-BA), O Imparcial (São Luís-MA) e Folha do Maranhão (São Luís-MA).

Nos últimos seis anos, período determinado pelo teor desta monografia, poucos são os exemplos de matérias jornalísticas esclarecedoras sobre o problema, e até mesmo, com um tamanho de reportagem proporcional à sua importância.

Dentre esses casos de matérias longas e bem feitas, destaca-se o Caderno Especial Desertificação, elaborado pelo Jornal do Commercio, de Recife, e publicado no dia 14 de novembro de 1999.

Seu formato já o caracteriza como uma matéria relevante e destacada dentro do contexto do jornalismo diário. Possuindo 15 páginas, o Caderno Desertificação procura fazer uma abrangência sistemática da questão vivida.

Ele começa por mostrar a desertificação no Nordeste, enfatizando as cidades em estado mais grave, sob o título: "***A terra morta no semi-árido do nordeste***", ela procura chamar a atenção do leitor para o quadro de desertificação já constatado. A segunda reportagem fala da desertificação em todo o país. A terceira matéria faz minucioso retrato da desertificação no município de Gilbués, no Piauí, cidade considerada gravemente afetada.

Tomando uma postura mais crítica, o Jornal do Commercio procura destacar as ações para combater o avanço da desertificação, sob o título: "***Falta ação para combater problema***". Em outra matéria, o jornal tenta colocar em números, os prejuízos advindos da desertificação. Na matéria seguinte, a preocupação é divulgar a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Seca (COP-3), ocorrida em Olinda/PE, com a participação de 193 países.

Na matéria: "***Brasil cobra fixação de metas para reduzir a desertificação***", o Jornal do Commercio discute a posição brasileira na conferência. Ele destaca ainda, a situação do continente africano, e seus representantes nas discussões.

A matéria seguinte destaca o problema em Cabrobó, cidade pernambucana em que há constatação de gravidade no processo de desertificação. Baseando sua argumentação no aspecto geográfico do município, o jornal traz uma série de fotos do semi-árido pernambucano.

Para finalizar, o Jornal do Commercio, de Recife, traz três matérias dentro do contexto da desertificação e que confirmam a perfeita interação do veículo com toda a região nordestina, são elas:

***"Mulher agricultora continua invisível ao Poder Público";
"Terra fértil vira barro na região do Seridó/RN" e
"Moradores abandonam zona rural de Irauçuba/CE".***

Apesar do crescente e contínuo interesse pelo assunto da desertificação, o Jornal do Commercio foi o único veículo nos últimos seis anos, que elaborou um caderno especial e independente do corpo e padrão do jornal. Esse caderno, por sinal, prima pela excelência do acabamento gráfico, da qualidade dos textos e das suas fotos.

Os outros veículos pesquisados, se limitam a tratar da questão da desertificação, apenas quando há alguma conferência ou reunião em pauta, e muitas vezes nem assim.

Nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 1999, aconteceu o 1º Seminário Araripeense de prevenção e combate à desertificação no Crato/CE. Apesar da importância do tema para todo o Estado do Ceará, principalmente, da região do Araripe, houve uma divulgação mínima do evento.

O Povo de Fortaleza, limitou-se a uma pequena nota na sua coluna de notícias "***Acontecendo***", sobre a realização do evento e da presença das autoridades regionais. O Diário do Nordeste, também de Fortaleza, fez pequena matéria destacando os temas abordados no evento, na sua página de Eventos e Programações.

Para se ter uma idéia dessa indiferença, poderíamos citar a Conferência da ONU Contra a Seca e a Desertificação, ocorridas em Havana, em agosto de 2003. De todos os jornais pesquisados, apenas o Diário do Nordeste de Fortaleza, trouxe matérias sobre o assunto. No dia 2 de setembro de 2003, com a matéria: "***Aberta cúpula da ONU sobre desertificação***", no dia 3 de setembro de 2003, com: "***Terceiro mundo pede verbas contra pobreza***". E no dia 14 de

setembro de 2003, com a matéria: "**ONU volta olhos para problema da desertificação**". Nos demais jornais nenhuma nota.

A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva assinou Portaria, publicada no Diário Oficial de 24/6/2003, criando um Grupo de Trabalho para elaborar o Programa Nacional de Luta contra a Desertificação - PAN. O grupo, que tem representantes da Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais e dos Ministérios da Integração Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Segurança Alimentar, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, tinha 18 meses para apresentar um plano de trabalho.

Mesmo diante de uma decisão tão importante para se tratar da desertificação no Nordeste, apenas dois veículos trouxeram matérias sobre o assunto. O Jornal do Commercio de 25/6/2003, com a matéria: "**Ministério do Meio Ambiente cria grupo de trabalho sobre desertificação**", e o Diário de Pernambuco de 25/6/2003, com a matéria: "**Grupo de Trabalho estudará desertificação**".

Outro importante encontro sobre desertificação e que não teve um tratamento à altura pela imprensa foi a conferência Rio + 10, ocorrida em Joanesburgo na África do Sul. Apenas o Diário da Borborema, de Campina Grande, e a Folha de Pernambuco, de Recife, publicaram pequenas notas sobre o evento. Já o O Estado do Maranhão trouxe matéria intitulada: "**FHC lança a agenda 21 brasileira**", com as propostas da delegação brasileira para o encontro.

Outro aspecto que também é bastante divulgado em relação à desertificação, é quando algum órgão ou governo libera verbas para o seu combate. Nesse caso, o Jornal do Commercio de 9 de novembro de 2002, traz uma matéria sob o título: "**BID financia programa para combater desertificação**", e o O Povo, de Fortaleza, com a matéria: "**Dinheiro do BID combate desertificação**".

É perceptível ainda uma tendência dos jornais nordestinos em divulgar a questão da desertificação, quando há uma preocupação regional, ou seja, quando há algum episódio ou consequência num município de seu Estado. Dessa forma, o Correio da Bahia, de Salvador, de 9 de junho de 1999, traz a matéria: "**Desertificação preocupa políticos de Alagoins/BA**". Comunicando a realização de uma reunião itinerante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Assembléia Legislativa da Bahia, com autoridades políticas de Alagoins/BA sobre a desertificação.

Outro exemplo claro dessa tendência é a matéria publicada no Diário do Nordeste, de Fortaleza, em 14 de julho de 2003, sob o título: "**Estudos abordam desertificação e degradação**". A principal preocupação da matéria é a problemática da degradação e desertificação no município de Tauá/CE.

Continuando essa orientação jornalística, há duas matérias publicadas no jornal Tribuna do Norte, de Fortaleza, a primeira no dia 2 de junho de 2002, com o título: "**Desertificação está sem controle no Rio Grande do Norte**", e a segunda no dia 11 de novembro de 2002, intitulada: "**Desertificação atinge 76% de área do Seridó**".

Essas duas matérias são de quase meia página e têm importância enorme dentro do caderno de política. No entanto, apesar da preocupação inicial, não houve continuidade em sua divulgação. Nos dias seguintes não apareceram novas matérias e nem mesmo comentários a respeito do assunto.

De 4 a 7 de novembro de 2004, o Estado da Paraíba sediou a 6ª Reunião Nacional do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Desertificação.

O Diário da Borborema da Paraíba, trouxe uma notícia de pouco mais de dez linhas, comunicando sobre a realização do evento e a presença de um técnico da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Já O Norte, da Paraíba, fez uma matéria um pouco maior, cerca de 30 linhas, destacando o evento, e a presença dos técnicos do Ministério, e enfatizando o apoio do governo local à reunião. Nessas poucas 30 linhas, o nome do governador paraibano aparece por três vezes.

Ainda em 2004, o governo do Estado do Maranhão, por meio da Gerência Estadual do Meio Ambiente, juntamente com o Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, realizou a I Oficina Maranhense para a elaboração do Programa de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação.

Participaram no total 37 Organizações Não Governamentais e Comunitárias de Base, 18 Órgãos Públicos Estaduais Federais e Municipais, além de representações de 15 municípios do leste maranhense.

No entanto, a imprensa do Maranhão não estava interessada no assunto. Não houve nenhuma publicação de matéria sobre a oficina em nenhum jornal do Maranhão: O Estado do Maranhão, O Imparcial e a Folha do Maranhão.

Para finalizar, no último mês de abril de 2005, aconteceu em Pernambuco, uma *workshop* voltada a definir o marco conceitual de um projeto de combate à desertificação no núcleo de Cabrobó/PE e região, no auditório da EMBRAPA / SEMI-ÁRIDO de Petrolina.

A cobertura da imprensa pernambucana foi muito pequena. O Diário de Pernambuco, juntamente com a Folha de Pernambuco, se limitaram a dar pequenas notas sobre a realização do evento.

O Jornal do Commercio, além de fazer uma matéria de quase meia página, teve a preocupação em ouvir algumas autoridades presentes, como o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, Cláudio Marinho.

CONCLUSÃO

O assunto desertificação no Nordeste ainda não recebeu dos jornais da região a importância devida. A desertificação se constitui em um grave, senão o mais grave problema ambiental do Nordeste brasileiro, atingindo vastas extensões e afetando direta ou indiretamente significativa parcela da população.

Isso provoca danosos impactos ambientais, sociais e econômicos e aponta a necessidade de tratar a temática numa perspectiva integrada, ultrapassando abordagens setoriais e incorporando a expectativa da gestão ambiental.

Consultamos os principais jornais do Nordeste brasileiro dos últimos seis anos, apenas o Jornal do Commercio do Recife elaborou um caderno especial sobre a questão da desertificação.

Veiculado em 14 de novembro de 1999, o caderno especial Desertificação, apresentou uma série de reportagens sobre os diversos aspectos do tema. Uma iniciativa louvável do jornal pernambucano, no entanto, deve-se lembrar que apenas um caderno especial nos últimos seis anos e dentre onze jornais dos Estados nordestinos, é realmente muito pouco, para a importância do tema apresentado.

No nosso entender, a imprensa brasileira e, em especial, a nordestina continua refletindo o interesse das elites da região.

Este processo histórico que relatamos, resumimos e analisamos neste trabalho, hoje se reflete na cobertura da proposta de revitalização do rio São Francisco e integração da sua bacia com outros rios dos Estados afetados pela desertificação.

Tantos os enfoques de cobertura, quanto os espaços reservados - mesmo na imprensa do Nordeste, ao tema, demonstramos que esta proposta, de amplo interesse popular, não vem recebendo a cobertura suficiente da imprensa

brasileira, que tanto tem contribuído para resolução de graves problemas sociais, econômicos e políticos, como: a má distribuição de renda, o êxodo rural, a integração de pólos produtores, a corrupção, a favelização, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA

1. AB'SABER, A.N. *Problemática da desertificação e da savanização no Brasil Intertropical*. IN: Geomorfologia. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1977. 19p.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Coordenadoria de monitoramento ambiental. Seminário sobre desertificação no Nordeste*. documento final. Brasília, 215p. il. 1986.
3. BRITO, V. DO N. *Diagnóstico de reconhecimento da desertificação no município de São José de Espinharas* - PB. 1999. 66F. Monografia (graduação em geografia) - Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, João Pessoa.
4. BRITO, V. DO N.; TAVARES DE MELO, A. S De. *Diagnóstico de reconhecimento do desertificação no município de São José de Espinharas* - PB. IN: I Encontro Paraibano de Geografia: Espaço Paraibano: Produção e representação. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Campina Grande. 2000.
5. www.oglobo.com **DESERTIFICAÇÃO**. Pode atingir quase 1.000 km da caatinga. Globo.com, notícias - Brasil. São Paulo, 29 mai.2000.
6. **DESERTIFICAÇÃO: Etimologia, conceitos, causas e indicadores**. Revista UNIPÊ. João Pessoa: UNIPÊ. V. 2 N.2 157 p.1998.

7. PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. ***Para compreender a desertificação: Uma abordagem didática e integrada.*** Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; Fundação Joaquim Nabuco; Instituto DESERT, 56p. Il. 2001.
8. RODRIGUES, V; JÚNIOR, H.M.; LINHARES, M.C; GALVÃO, AL. C.O.; GORDÔNIO, A.S. ***Avaliação do Quadro da desertificação no nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectivas.*** Estudo Especial. Fortaleza: ICID.
9. RODRIGUES, V.; MATALLO JÚNIOR, H.; LINHARES, M.C.; GALVÃO, AL. C.O.; GORDÔNIO, A.S. ***Avaliação do quadro da desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectivas.*** IN.: Desenvolvimento sustentável no nordeste. Brasília: IPEA, 1995.
10. VASCONCELOS SOBRINHO. J. ***As regiões naturais do nordeste, o meio e a civilização.*** Recife: Conselho Desenvolvimento de Pernambuco. V. 1 e 2. 1971.
11. ***Metodologia para identificação de processos de desertificação: manual de indicadores.*** Recife: SUDENE, 1978.
12. ***Processos de desertificação no nordeste.*** Recife: SUDENE, 1983.
13. PERUZZOLO, Adair Caetano. ***Comunicação e cultura.*** Porto Alegre: Sulina, 1972.

14. SODRÉ, Nelson Wenerck. *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.
15. STEIMBERG, Charles S. *Meio de comunicação de massa*. São Paulo: Cultriz, 1972.
16. VIDIGAL, Edson. *Havia brilho nas redações*. O Estado do Maranhão, São Luís, maio de 1989.
17. NETO, Luiz Gonzaga. *Material sobre Desertificação*. Petrolina/PE. Embrapa Semi-Árido. Estudos.
18. LIMA, Paulo César Fernandes. *Processos de Desertificação e Recuperação de Áreas Degradadas no Nordeste*. Petrolina/PE – EMBRAPA Semi-Árido. Estudos.
19. Principais Jornais Nordestinos: *Jornal do Commercio*, Recife/PE; *Diário de Pernambuco*, Recife/PE; *O Norte*, João Pessoa/PB; *O Povo*, Fortaleza/CE; *Diário do Nordeste*, Fortaleza/CE; *Diário da Borborema*, Campina Grande/PB; *Jornal da Paraíba*, Campina Grande/PB; *O Imparcial*, São Luís/MA; *Estado do Maranhão*, São Luís/MA; *Tribuna de Alagoas*, Maceió/AL; *Gazeta de Alagoas*, Maceió/AL e outros.